



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADOS DE ALAGOAS

PLANO DE AÇÃO

COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE GESTÃO DA
POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA E ORÇAMENTÁRIA
DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO.

Outubro/2020

APRESENTAÇÃO

O Comitê Gestor Regional para Implementação de Gestão da Política Nacional de Atenção Prioritária e Orçamentária do 1º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, instituído pela Portaria nº 1557/2019, apresenta o Plano de Ação à implementação da Política Nacional de Atenção ao Primeiro Grau de Jurisdição, conforme prevê a Resolução nº 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Cabe ressaltar que o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, nos ciclos da estratégia (2015/2020) realizou importantes iniciativas voltadas à priorização do 1º grau, tais como a elaboração e implementação do Novo Plano de Cargos e Salários (LEI Nº 7.889, DE 16 DE JUNHO DE 2017.), unificando a carreira do 1º e 2º graus de jurisdição.

Cabe destacar, ademais, que fora instituído dentro do Comitê um grupo de trabalho para elaborar o Plano de Ação acerca das determinações da Resolução nº 194 e 195/2014, dentre os componentes do Comitê Gestor Regional e Orçamentário de priorização do 1º grau de jurisdição.

Neste documento, são apresentadas ações estratégicas que foram elaboradas com o objetivo de atender as diretrizes estabelecidas, que são importantes em razão das significativas mudanças que estão ocorrendo no Poder judiciário, inclusive tecnológicas, devido a Pandemia do novo Coronavírus.

O primeiro grau é a porta de entrada do judiciário, local onde o cidadão procura a solução dos seus conflitos e onde muitos processos terminam. Sendo o 1º grau de extrema importância, merece ser priorizado quando da implementação e ampliação dos recursos físicos, humanos e tecnológicos.

Com efeito, este Comitê Gestor Regional para implementação de Gestão da Política Nacional de Atenção Prioritária e Orçamentária do 1º grau de jurisdição, composto de magistrados e servidores, elaborou o presente Plano de Ação em consonância com as determinações da Resolução nº 194 e 195/2014 e alinhado ao que disciplina a resolução do CNJ nº 325, que dispõe sobre a estratégia nacional do poder judiciário 2021/2026, colaborando, assim, com a formulação do plano estratégico para o próximo sexênio.

Seguindo como proposta de ações a serem apreciadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas na formulação da estratégia organizacional local.

AÇÕES DE PRIORIZAÇÃO DO

PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

LINHA DE ATUAÇÃO I – ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO

MACRODESAFIO	AÇÃO (O QUE)		JUSTIFICATIVA (O PORQUE)	LOCAL (ONDE)	DESDOBRAMENTO (COMO)
Aperfeiçoamento de Gestão Administrativa e da Governança judiciária	Tornar a Centralização de demandas administrativas dos Fóruns setoriais, explico: todos os processos são pelo SAI, mas deveria existir um servidor para o analise os processos dos servidores do fórum e juizados, outro no TJ e mais dois para o interior.		Um servidor do Tribunal responsável pelas demandas administrativas setorizadas para que possa observar mais de perto as demandas e sua efetividade.	Maceió- servidor no TJ para atender ao Fórum da capital e juizados Arapiraca - servidor em arapiraca para atender ao Interior Santana do Ipanema- servidor em santana para atender ao Interior	viabilizar
Aperfeiçoamento de Gestão Administrativa e da Governança judiciária	Pelo site / Pelo Portal		Para que magistrados e servidores saibam do Plano Estratégico , bem como da Missão do TJ/AL	No site do TJ	

Aperfeiçoamento de Gestão Administrativa e da Governança judiciária .	Centralização de demandas administrativas dos fóruns em um servidor do TJ que encaminharia aos órgãos competentes, ou fazer pelo SAI		Para acabar com a dificuldade em direcionar para o setor que é responsável por cumprir uma determinada solicitação .	Setor criado na Direção Geral do Tribunal de Justiça.	Criação de um setor de recebimento de demandas administrativas dos órgãos do 1º grau que possam indicar para qual setor a demanda dos fóruns de 1º grau devem ser direcionados. Criação de um protocolo administrativo ou órgão na Direção geral do TJAL.
---	--	--	--	---	---

LINHA DE ATUAÇÃO II- EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

MACRODESAFIO	AÇÃO (O QUE)		JUSTIFICATIVA (O PORQUE)	LOCAL (ONDE)	DESDOBRAMENTO (COMO)
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Realização de concursos internos de remoção com periodicidade definida.		Suprir as carências de pessoal com a rapidez adequada.		Devem ser observadas as restrições da Lei complementar 196
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Realização periódica de concursos públicos: Manutenção da reserva de magistrados e servidores		Suprir as carências de pessoal com a rapidez adequada		viabilizar

	aprovados em concurso público para nomeação				
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Criação de cargo/função de Secretário do Foro a fim de auxiliar o diretor do Foro na execução das atividades administrativas				viabilizar
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Emprego efetivo dos critérios objetivos à alocação de pessoal entre as unidades do 1º grau na Capital e no Interior		para equilibrar o quadro de pessoal entre as unidades judiciárias do 1º grau de jurisdição , na Capital e Interior	nas unidades judiciárias	
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	Ampliação de núcleos da justiça Restaurativa nas diversas regiões do Estado, sobretudo no âmbito da violência doméstica e direito de família .				
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Valorização do servidor: Reajuste dos valores da		Os valores não são reajustados desde da reformulação do		1) Reunião com o presidente para a sensibilização .

	Função de Chefe de Secretaria e Chefe da Central de Mandados (FCCS1 e FCCS2)		Plano de Cargos e Salários .		
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Nomear os servidores que estão no quadro de reserva.		Dirimir a carência de servidores no 1º grau de jurisdição	Nas unidades de 1º grau	1) Consultar o índice de rotatividade dos cargos; 2) Verificar a existência de cadastro de reserva conforme o caso; 3) verificar a possibilidade de nomeação

LINHA DE ATUAÇÃO III — ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MACRODESAFIO	AÇÃO (O QUE)		JUSTIFICATIVA (O PORQUE)	LOCAL (ONDE)	DESDOBRAMENTO (COMO)
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentaria e Financeira.	Acompanhar os trabalhos da Comissão de Orçamento do Tribunal de Justiça		Comissão para o estudo e elaboração do orçamento do Tribunal de		Viabilizar

			justiça para o 1º e 2º grau.		
--	--	--	------------------------------	--	--

LINHA DE ATUAÇÃO IV — INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

MACRODESAFIO	AÇÃO(O QUE)		JUSTIFICATIVA (O PORQUE)	LOCAL (ONDE)	DESDOBRAMENTO (COMO)
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Segurança: Instalação de câmaras e detectores de metal em todos os prédios do judiciário		Segurança de magistrado , servidores e jurisdicionados	Nos fóruns do 1º grau de jurisdição , na capital e no Interior	viabilizar
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciaria	Unificação de modelos de documento , não apenas o número do SAJ, mas o conteúdo do texto em si		Facilita a produção em série , aumentando a produtividade e celeridade	No sistema SAJ	1) Verificar com a equipe anterior de padronização de modelos
Aperfeiçoamento da gestão	melhorias da estrutura física		para dar cumprimento à	no Poder Judiciário	

	(operacional, mobília, computadores, bancadas, iluminação, conforto térmico, etc.)		Resolução do CNJ e para que os Tribunais trabalhem com o planejamento de suas obras dando continuidade de uma gestão a outra		
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Estacionamento do Fórum da capital			No Fórum da Capital	1) verificar a viabilidade física. 2) Agendamento de audiência com a Presidência do TJAL para sensibilização;
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Instalar Vidros nas unidades de 1ª grau na capital e Interior que ainda não possuem vidros nos balcões de atendimento (Instalar vidros nos balcões)		Para segurança dos servidores, magistrados e jurisdicionados	Nas unidades do 1º grau , capital e interior.	Viabilizar
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Setor médico fazer a coleta do exame do DNA para as Varas de família, na capital .			Nos fóruns , onde houver setor médico.	
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Viabilizar a implantação do setor médico na Comarca de Arapiraca			Comarca de Arapiraca	
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Continuidade das obras físicas, ações e projetos integrantes da estratégia não		para dar continuidade à execução da	no Poder Judiciário	1) Monitoramento das obras físicas iniciadas, ações e projetos

	finalizados entre as mudanças de gestões com eventual revisão do plano estratégico para correção de rumo		estratégia		integrantes da estratégia; 2) Revisão das ações inseridas no plano estratégico para 2015-2020 e continuidade de execução.
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Criação de espaço no Fórum para os idosos e pessoas que tem dificuldade de mobilidade , pessoas especiais, como cadeirantes , para aguardar as audiências de varas de família	Os idosos e pessoas com deficiência ficam na espera das audiências junto com crianças e demais jurisdicionados , ficando aqueles exposto a doenças por serem de grupo de risco.		Fórum da Capital	1)Reservar no Fórum da Capital um espaço para idosos e pessoas com dificuldade de mobilidade , para aguardar as audiências , por exemplo, de Interdições, com maior segurança e conforto.
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Execução da manutenção de prédios e elaboração de manual de conservação preventiva		para que as manutenções no Poder Judiciário sejam mais eficientes	no Poder Judiciário	
Promoção de Sustentabilidade	Regulamentação e realização de ações voltadas à sustentabilidade (reuso de água, drenos, água de		para dar qualidade de vida aos servidores, magistrados e jurisdicionados	no Poder Judiciário	1) Elaboração de projetos que já contemplem ações voltadas para a sustentabilidade; 2) Efetivação dessas

	<p>chuva e cinzas, projeto de Fóruns Verdes, indicadores do consumo de água e energia elétrica, implantação de energia solar, substituição para lâmpadas de LED, tintas sustentáveis, sensor de presença e áreas verdes)</p>				<p>ações; 3) Monitoramento.</p>
<p>Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária</p>	<p>atendimento à NBR 9050/2004 (acessibilidade, rampas, calçadas, banheiros, sinalização e elevadores)</p>		<p>para dar qualidade de vida aos servidores, magistrados e jurisdicionados</p>	<p>no Poder Judiciário</p>	<p>1) Verificação e monitoramento.</p>
<p>Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária</p>	<p>Central telefônica no fórum da capital : Instalar uma central telefônica , ligada a todas as unidades do Fórum da Capital</p>		<p>Para evitam a perda de tempo dos servidores ficarem recebendo telefonemas que deveriam ser de unidades diversas da que ligou .</p>	<p>No Fórum da Capital</p>	<p>1) Verificar a viabilidade logística para essa instalação. 2) Instalar a Central</p>
<p>Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas</p>	<p>SPU (Secretaria de Processamento Unificado) , mesmo após a pandemia permanecer o trabalho pode ser preferencialmente remoto , mediante solicitação do servidor</p>		<p>Na SPU , não Há necessidade de trabalho presencial , visto que , não atuam no atendimento ao público e</p>		

	ou a critério do coordenador, sob controle da produtividade pelo Coordenador da SPU, de acordo com critérios estabelecidos pelo TJAL.		sim nos cumprimentos dos processos, o que pode ser feito no trabalho remoto.		
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Programa de subsídios para compra de computadores pelo TJ para os servidor ou disponibilizar os computadores do fórum que para os servidores utilizarem no home office assinado termo de responsabilidade.				O TJ compraria os computadores e descontaria para o servidor no contracheque, o servidor que quiser. Ou disponibilizar os computadores do fórum que para os servidores utilizarem no home office assinado termo de responsabilidade.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Estender o trabalho do NIOJ (Núcleo de Inteligência dos Oficiais de Justiça), de busca de endereço dos réus, para as testemunhas, nas varas Criminais		Dirimir o grande gargalo das audiências criminais devido a procura dos endereços, nesse caso extensivo as testemunhas.	Unidades Criminais	Viabilizar
Aperfeiçoamento da gestão Administrativa e da Governança Judiciaria	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais : Atendimento às		para dar conforto ambiental e ergonômico aos servidores e magistrados	no Poder Judiciário	1) Elaboração de projetos que já contemplem ações voltadas para regulamentação e atendimento às normas de

	normas de padronização do layout básico, conforto ambiental e ergonômico				padronização; 2) Efetivação dessas ações, desde os novos projetos de obras, dando continuidade após o levantamento das unidades de acordo com seu estado físico (UFC).
--	--	--	--	--	--

LINHA DE ATUAÇÃO V – GOVERNANÇA COLABORATIVA

MACRODESAFIO	AÇÃO(O QUE)		JUSTIFICATIVA (O PORQUE)	LOCAL (ONDE)	DESDOBRAMENTO (COMO)

LINHA DE ATUAÇÃO VI— DIÁLOGO SOCIAL E INSTITUCIONAL

MACRODESAFIO	AÇÃO(O QUE)		JUSTIFICATIVA (O PORQUE)	LOCAL (ONDE)	DESDOBRAMENTO (COMO)
Garantia dos Direitos	Manutenção de		para dar	na Justiça	

Fundamentais	equipe permanente para a gestão das ações da Justiça Itinerante		condições de execução das atividades que venham propiciar benefícios à sociedade	Itinerante	
--------------	---	--	--	------------	--

LINHA DE ATUAÇÃO VII — PREVENÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE LITÍGIOS

MACRODESAFIO	AÇÃO(O QUE)		JUSTIFICATIVA (O PORQUE)	LOCAL (ONDE)	DESDOBRAMENTO (COMO)
Prevenção de litígios e Adoção de Solução Consensuais para os conflitos	Ampliar a expansão do Cjus nas faculdades e no interior do Estado de Alagoas, bem como melhorias na estrutura dos Cjus Regionais já existentes, devido a necessidade de			Nas faculdades da capital e em outras comarcas	

	local adequado para as audiências de conciliação e mediação				
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	Ampliação de Programas de Cooperação com os grandes litigantes para criação de novos postos avançados do programa "Justiça Direta" (RES. TJAL 8/2014) com apoio da OAB e a Defensoria Pública, Fazenda Pública, Execuções Fiscais, etc		para diminuição da judicialização dos processos que envolvem os grandes litigantes	no Poder Judiciário	1) Convocação (via ofício) de empresas que se interessem em aderir ao Programa Justiça Direta; 2) Reunião com os interessados; 3) Agendamento de audiência com a Presidência e Coordenação dos Juizados para sensibilização; 4) Elaboração de minuta de Termos de Cooperação com as empresas que se interessem em fazer parte do Programa Justiça Direta; 5) Apresentação das minutas dos Termos de Cooperação à Presidência para aprovação e encaminhamento ao Pleno; 6) Após aprovação, inicia-se a execução do Programa.

LINHA DE ATUAÇÃO VIII— ESTUDOS E PESQUISAS

MACRODESAFIO	AÇÃO(O QUE)		JUSTIFICATIVA (O PORQUE)	LOCAL (ONDE)	DESDOBRAMENTO (COMO)
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança judiciária	Realização de pesquisas de satisfação anuais e divulgação dos resultados da avaliação pública, com a adoção de medidas sobre as melhorias necessárias		para obtenção do grau de percepção dos jurisdicionados quanto às atividades desempenhadas pelo Poder Judiciário alagoano	nas unidades do Poder Judiciário	
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança judiciária	Aumento da divulgação do Banco de Boas Práticas e seu fortalecimento , coma facilitação de acesso das Boas Práticas pelo envio através do Intrajus para os servidores		para proporcionar a integração e participação e qualidade da gestão	Nas unidades do 1ª e 2º grau de jurisdição	
Fortalecimento da Estratégia Nacional do TIC e de Proteção de Dados	Continuidade da Realização de pesquisa de satisfação dos usuários , feita		para avaliar o grau de satisfação dos usuários em relação à	no Poder Judiciário	

	pelo Diati		tecnologia da informação		
--	------------	--	--------------------------	--	--

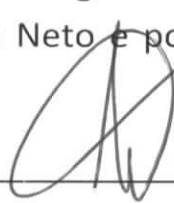
LINHA DE ATUAÇÃO IX — FORMAÇÃO CONTINUADA

MACRODESAFIO	AÇÃO(O QUE)		JUSTIFICATIVA (O PORQUE)	LOCAL (ONDE)	DESDOBRAMENTO (COMO)
Aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas	Formação Continuada - Ampliar a quantidade de vagas de Curso de Conciliação e mediação , com aulas teóricas e práticas , prioritariamente para os servidores diretamente ligados a atuação nas Audiências de Conciliação e Mediação, ampliar também número de cursos de Audiência de Conciliação e		Os cursos por videoconferência facilitam servidores da capital e do interior fazer os cursos , sem o deslocamento e possibilita capacitar uma maior quantidade de servidores	Esmal e por videoconferência	

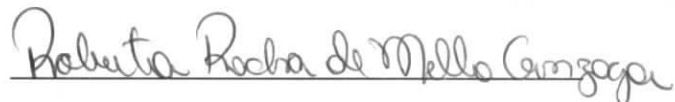
	Mediação por videoconferência.				
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança judiciária	Disponibilização de mais cursos para o servidor de forma online. Ampliação do curso a distância			no Poder Judiciário	
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Curso de Capacitação do servidor do judiciário específico ao tema Orçamentário		Capacitar o servidor no tema orçamento	Servidores do 1ª e 2º grau, pela Esmal	

Dispensada as assinaturas dos demais membros , segue o presente

Plano de Ação assinado pelo magistrado presidente deste Comitê , Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto e por mim, Roberta Rocha de Mello Gonzaga , secretaria .



Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto



Roberta Rocha de Mello Gonzaga